

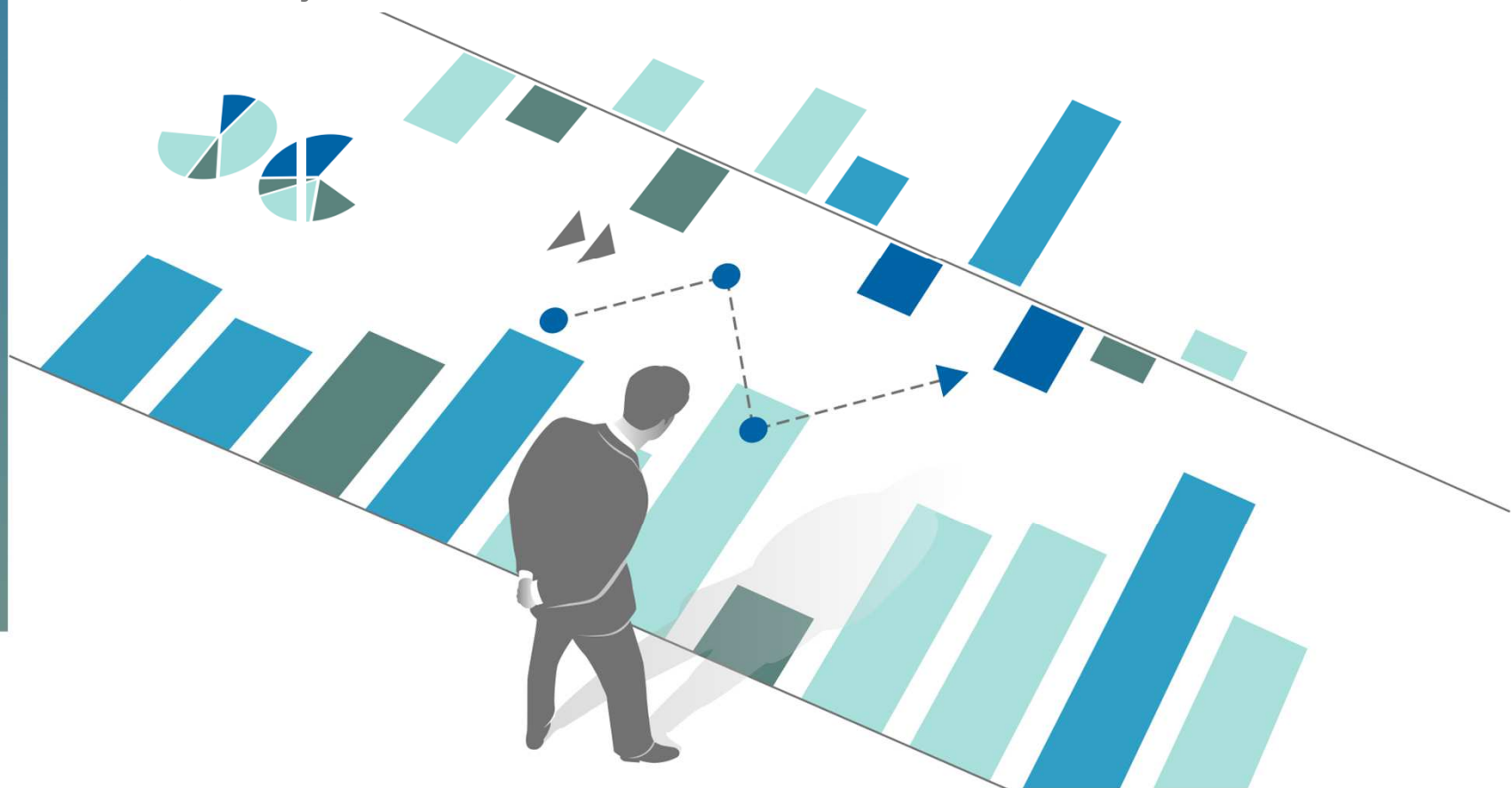
RTN
2019

Dezembro

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília, 29 de janeiro de 2020



Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Dez		Variação (2019/2018)		Dezembro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.484.238	1.635.111	10,2%	6,1%	144.566	233.586	61,6%	54,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	256.724	288.331	12,3%	8,2%	27.889	41.293	48,1%	41,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.227.514	1.346.780	9,7%	5,6%	116.676	192.293	64,8%	58,0%
IV. DESPESA TOTAL	1.351.757	1.441.845	6,7%	2,7%	148.424	206.929	39,4%	33,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021	0	-100,0%	-100,0%	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-120.221	-95.065	-20,9%	-23,7%	-31.747	-14.637	-53,9%	-55,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	74.976	118.114	57,5%	51,0%	-22.854	-2.520	-89,0%	-89,4%
Previdência Social (RGPS)	-195.197	-213.179	9,2%	5,3%	-8.893	-12.117	36,3%	30,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,7%	-1,3%	-	-	-	-	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	75.690	118.711	56,8%	50,3%	-23.053	-2.536	-89,0%	-
Resultado do Banco Central	-714	-596	-16,5%	-19,9%	199	17	-91,5%	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-195.197	-213.179	9,2%	5,3%	-8.893	-12.117	36,3%	10,7%

Em **dezembro de 2019**, o **déficit primário** foi de **R\$ 14,6 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 31,7 bilhões em dezembro de 2018** (valores nominais).

No ano de 2019, houve **déficit primário de R\$ 95,1 bilhões**, frente a déficit de R\$ 120,2 bilhões em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- 2019: déficit de R\$ 96,3 bilhões
- 2018: déficit de R\$ 126,3 bilhões

Meta de Resultado Primário 2019

Governo Central (29/01/2020)

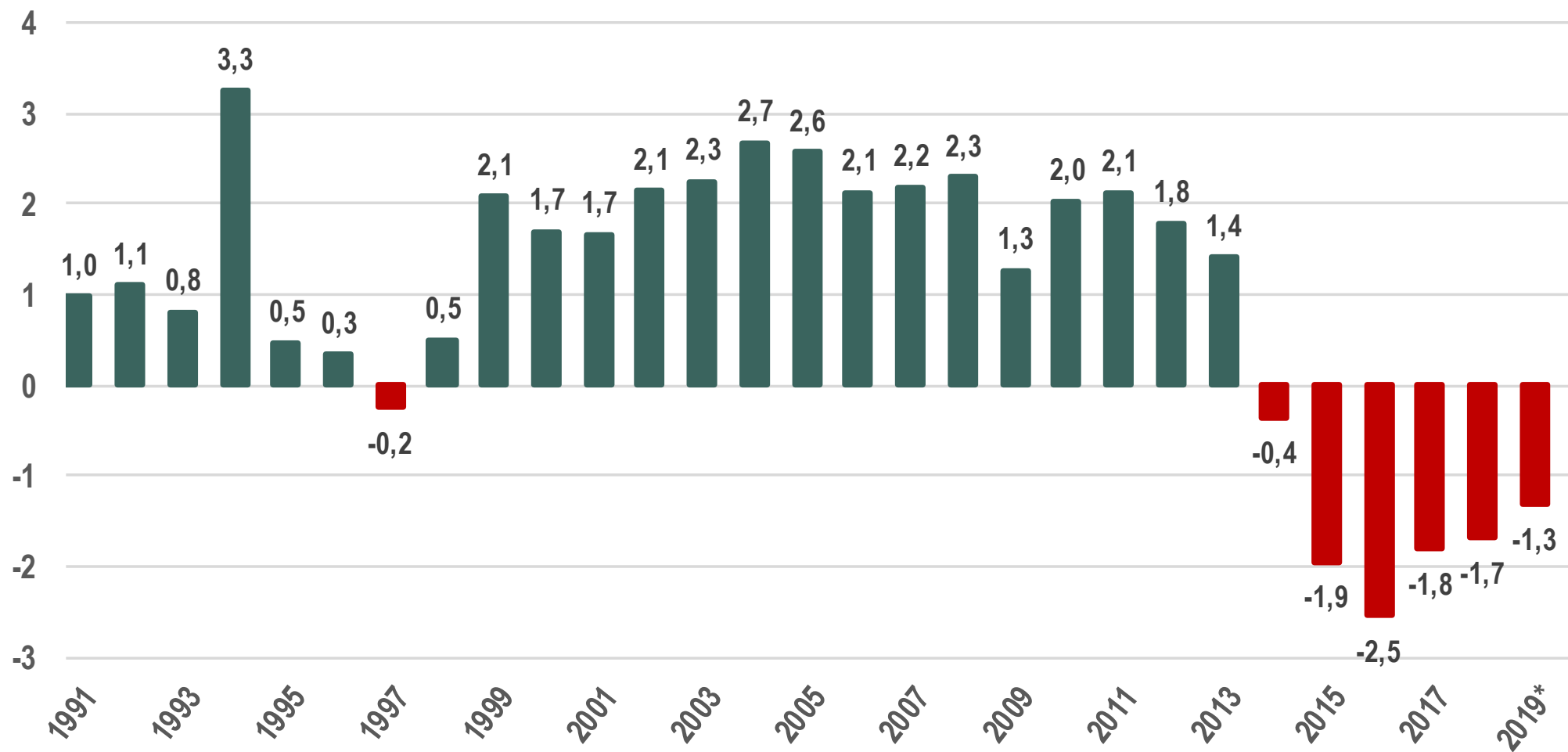
Meta	Realizado (fonte RTN)	Diferença
-139,0	-95,1	
	Diferença em relação à meta	43,9

Setor Público (31/01/2020)

	Meta	Realizado (fonte BCB)
Gov. Central	-139,0	Gov. Central R\$
Est. Federais	-3,5	Est. Federais R\$
Gov. Regionais	+10,5	Gov. Reg. R\$
	-132,0	Publ. BCB

Evolução do Resultado do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Abaixo da Linha
Brasil – 1991 a 2019 – % do PIB



* Resultado acima da linha.

Fonte: BCB e Tesouro Nacional

[illegible]

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de dez/19 – IPCA

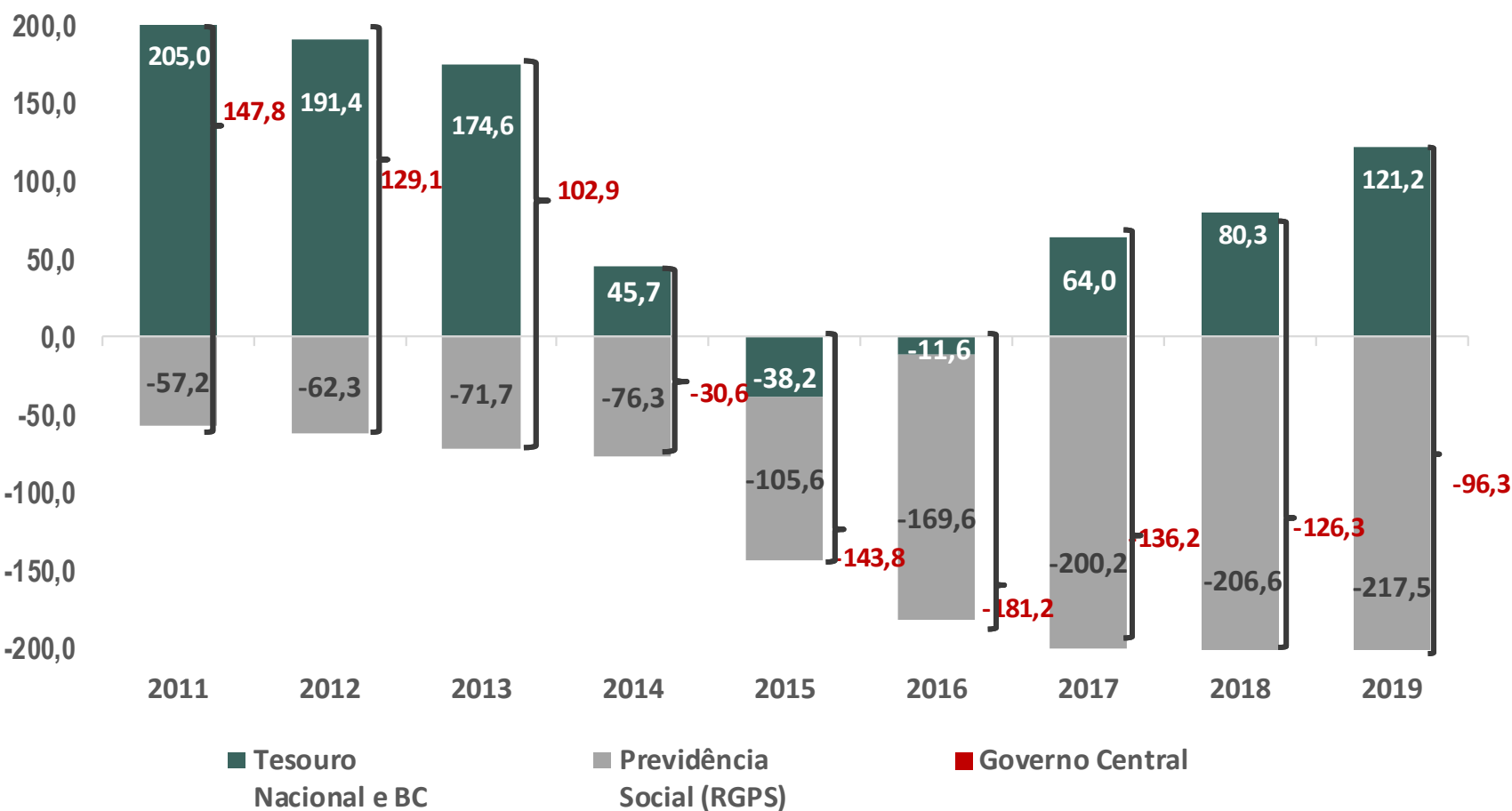


O resultado primário do Governo Central em 2019 foi de **déficit de R\$ 96,3 bi**, equivalente a **1,31% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,91% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de dez/19 – IPCA*



Em 2019, a **Previdência Social (RGPS)** registrou déficit de **R\$ 217,5 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram superavitários em **R\$ 121,2 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Programado x Realizado

Resultado Realizado em relação ao Relatório Extemporâneo de Dez. (R\$ bilhões - valores correntes)			
Discriminação	Extemp. Dez. (a)	Realizado 2019 (b)	Diferença (b - a)
I. RECEITA TOTAL	1.634,6	1.635,1	0,5
I.1 - Receita Administrada pela RFB	946,1	946,1	0,0
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	411,9	413,3	1,4
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	276,7	275,7	-1,0
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	290,3	288,3	-2,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.344,3	1.346,8	2,4
IV. DESPESA TOTAL	1.483,3	1.441,8	-41,5
IV.1 Benefícios Previdenciários	627,6	626,5	-1,0
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	318,7	313,1	-5,7
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	205,5	195,2	-10,3
dq/			
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	56,8	55,6	-1,2
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	4,9	3,3	-1,6
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	17,5	15,6	-1,9
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13,3	12,3	-1,0
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	14,5	11,0	-3,5
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira	331,6	307,0	-24,5
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	144,7	142,8	-1,9
IV.4.2 Discricionárias	186,8	164,2	-22,6
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-139,0	-95,1	43,9

Desvio de estimativa

Créditos extraordinários não cancelados

Pagamento de Fronteira

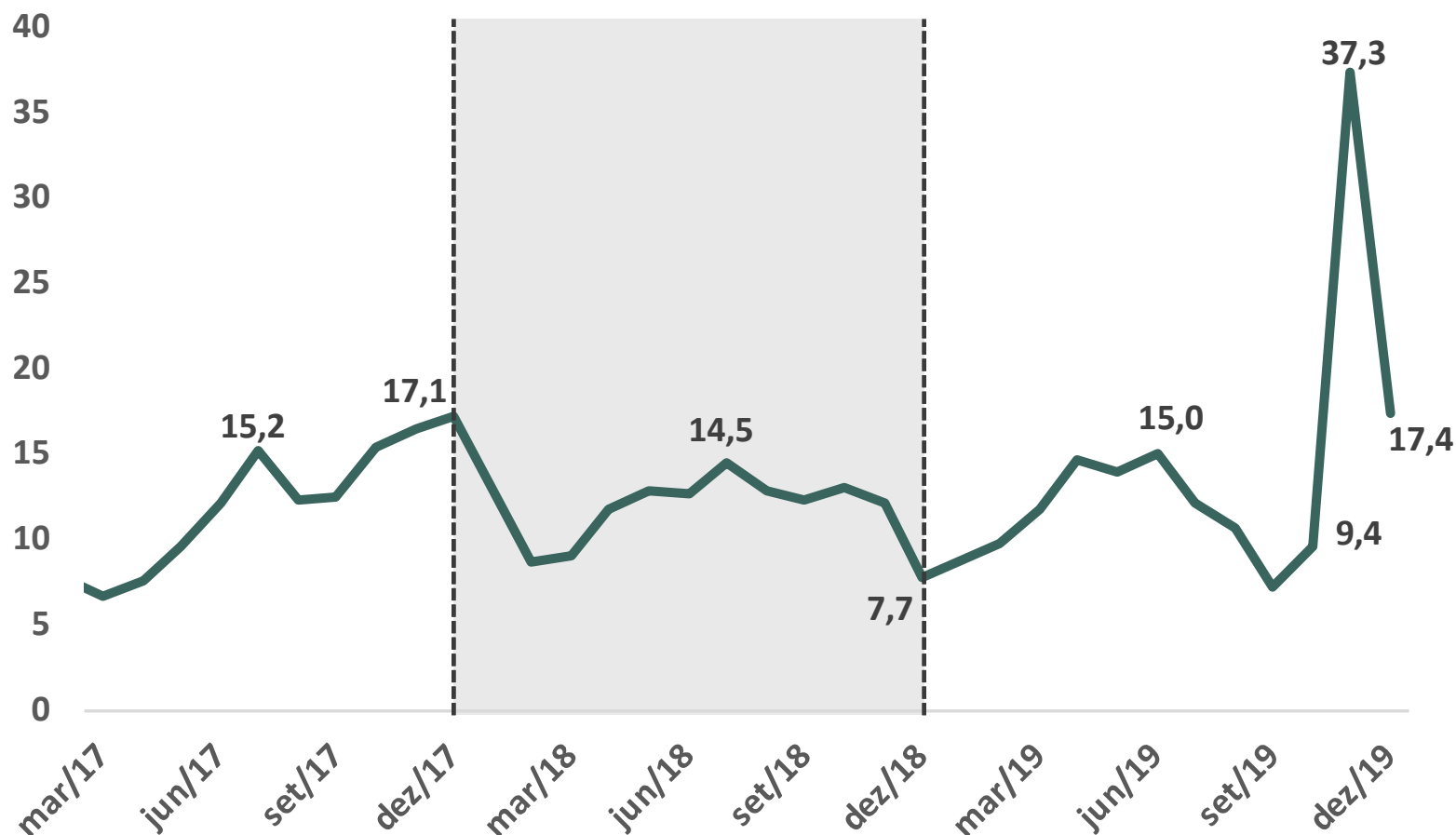
Baixa adesão ao programa de renegociação associado às operações de crédito rural na área da SUDAM e da SUDENE

Empoçamento (R\$ 17,4 bi) e limite financeiro não requerido pelos Ministérios (R\$ 7,0 bi)

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – 2017-2019
R\$ Bilhões – Valores Correntes



Em dezembro de 2019, o **empoçamento** totalizou **R\$ 17,4 bilhões**, contra R\$ 37,3 bilhões em novembro.

O empoçamento em dezembro de 2019, foi próximo ao de dezembro de 2017 (R\$ 17,1 bilhões em valores correntes).

* Para todos os anos, não há dados para o mês de janeiro, uma vez que o primeiro decreto de programação financeira é publicado apenas no fim de janeiro.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição dezembro/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Educação	33,8	29,3	4,5
Emendas	13,7	10,7	3,0
Ministério da Justiça e Segurança Pública	5,1	3,6	1,4
Ministério da Defesa	29,9	28,7	1,2
Ministério da Saúde	111,2	110,0	1,1
Ministério da Economia	15,8	14,7	1,1
Demais	115,1	110,2	5,0
Total	324,6	307,2	17,4

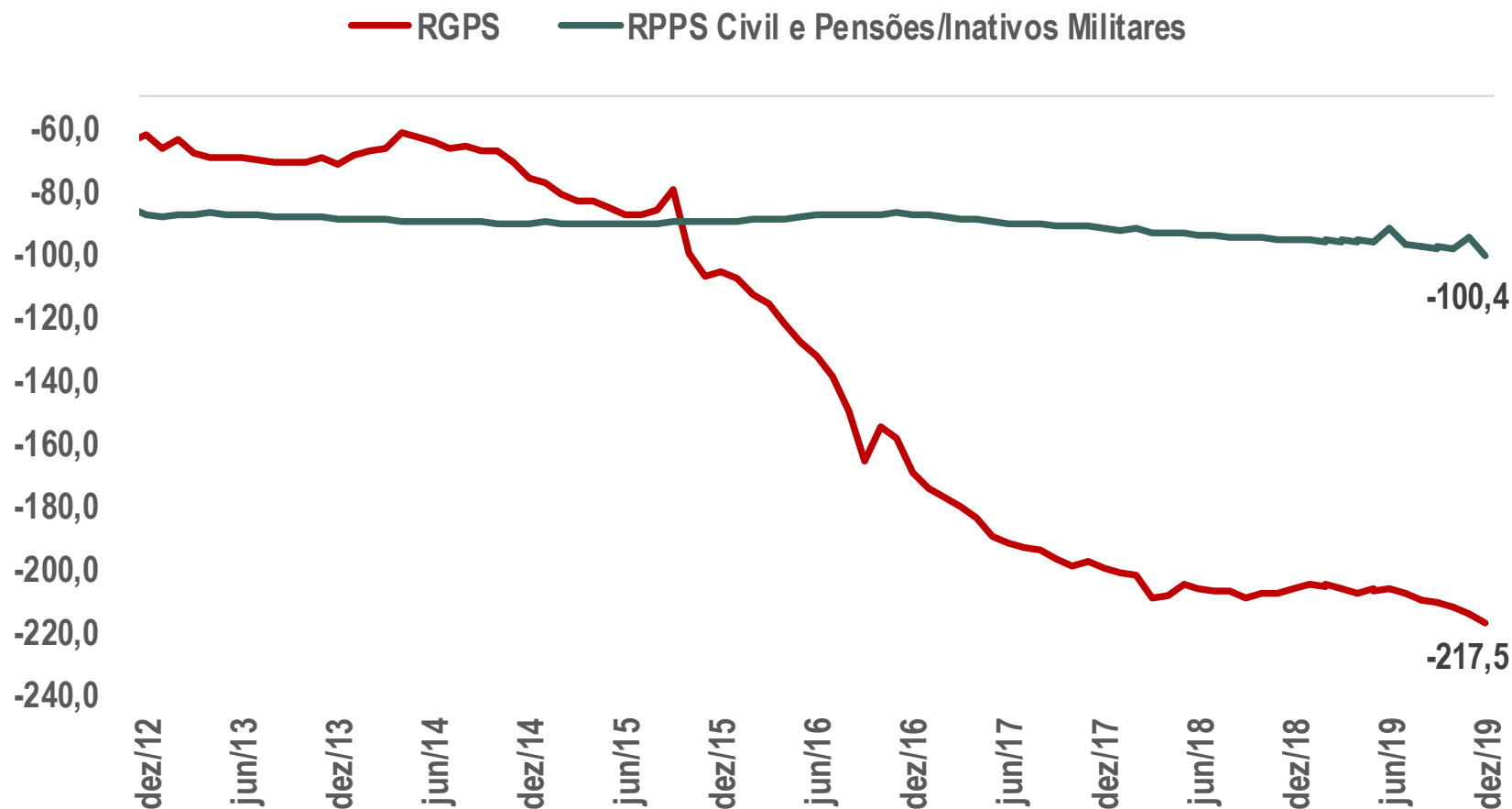
Em dezembro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 17,4 bilhões (5,4% do limite de pagamento)** implicando redução de R\$ 19,9 bi em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e novas despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de dez/19 - IPCA



Total do déficit
RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 317,9 bilhões (4,3% do PIB) no Governo Central no acumulado em 12 meses até dezembro de 2019, a preços de dez/2019 – IPCA.

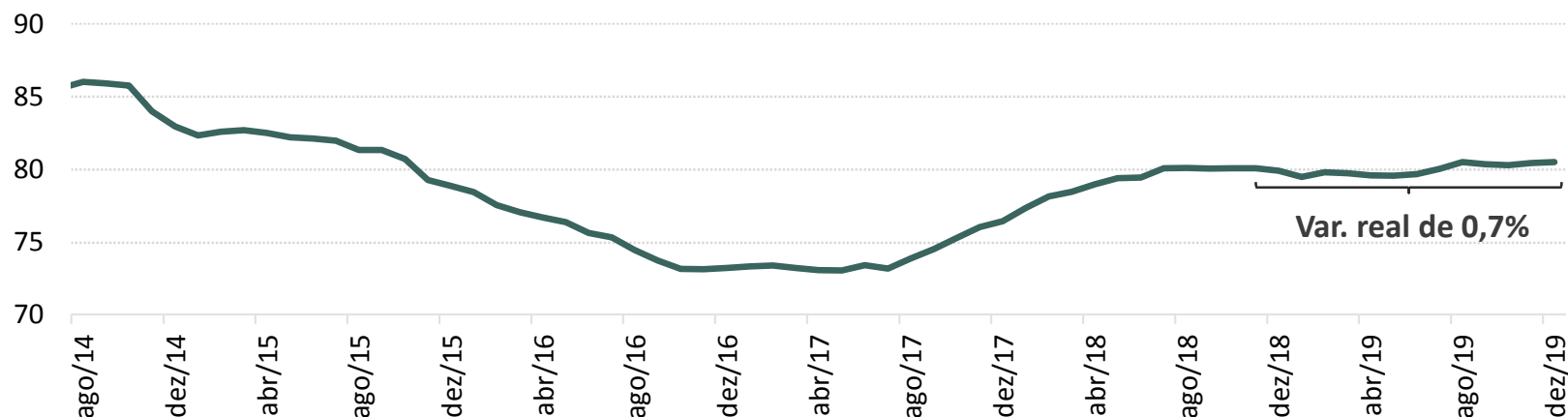
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

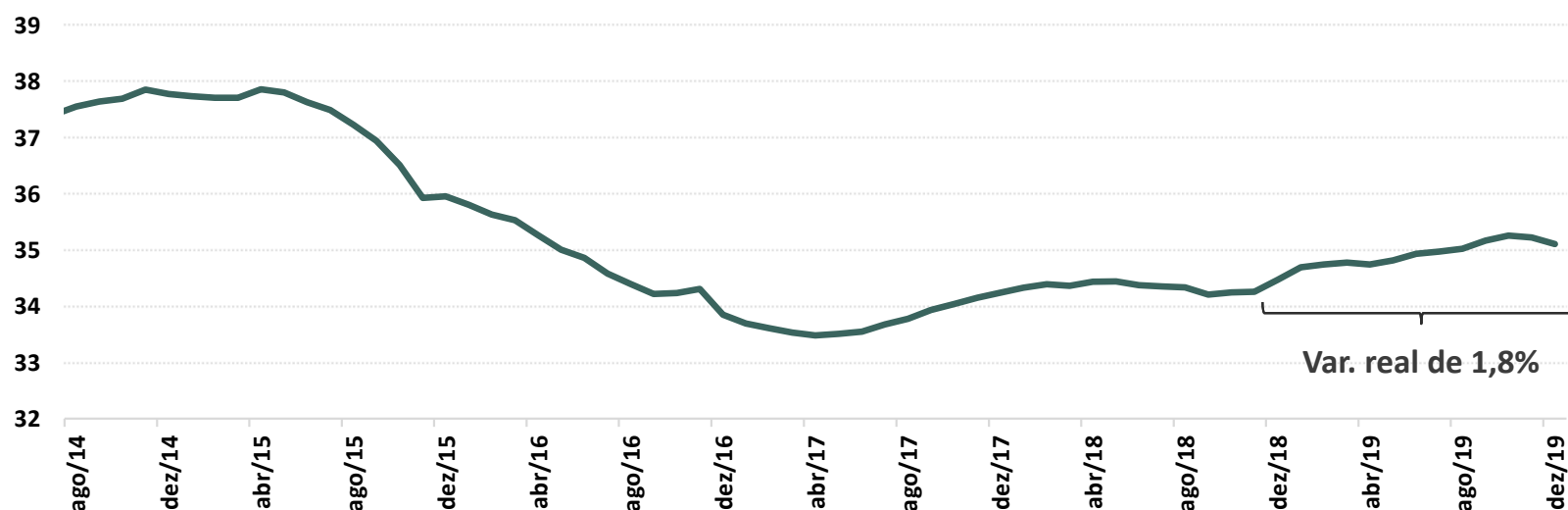
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de dez/19 - IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou crescimento real de **0,7%** em relação a dezembro de 2018, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** subiu **1,8%** para o mesmo período.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A receita total cresceu 6,1% em termos reais (R\$ 95,6 bilhões) em 2019.

Concorreu para essa elevação o crescimento das Receitas Adm., Arrec. para o RGPS e Receitas Não Adm.

O expressivo crescimento das Receitas Não Administradas é explicado, em grande parte, pela cessão onerosa (R\$ 70,0 bilhões) e pela nova política de dividendos (+R\$ 13,1 bilhões).

Dos R\$ 70,0 bilhões arrecadados no leilão da cessão onerosa R\$ 11,7 bilhões foram transferidos a Estados e Municípios.

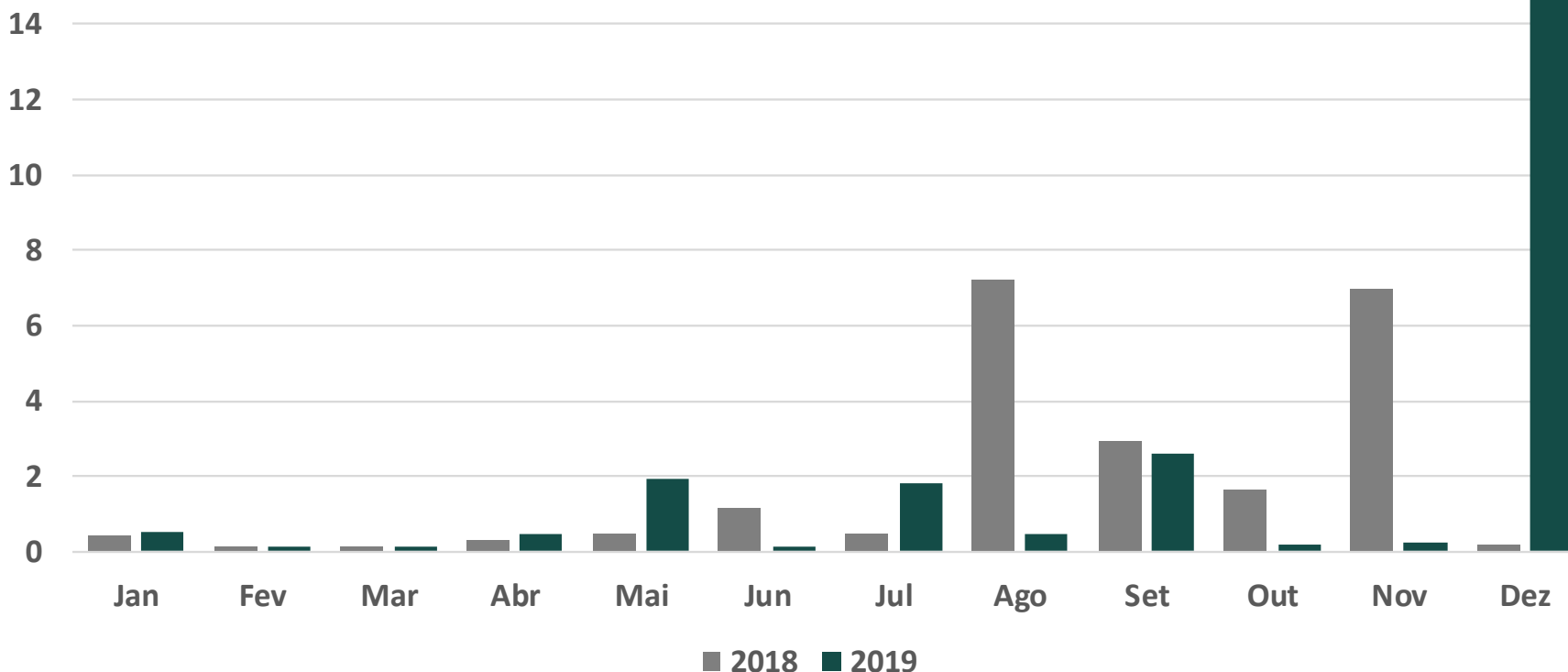
Brasil – Anual – 2018/2019– A preços de dez/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019				
Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.571.367,0	1.666.921,5	95.554,5	6,1%
Receita Administrada pela RFB	958.793,9	965.956,4	7.162,5	0,7%
Arrecadação Líquida para o RGPS	413.711,6	421.344,6	7.633,0	1,8%
Receitas Não Administradas pela RFB	198.876,3	279.669,2	80.792,9	40,6%
dq/				
Concessões e Permissões	23.021,2	93.455,0	70.433,8	306,0%
Dividendos e Participações	8.157,2	21.238,2	13.081,0	160,4%
Exploração de Recursos Naturais	63.367,2	66.107,5	2.740,3	4,3%
Demais Receitas	44.280,8	39.319,3	-4.961,5	-11,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	271.812,4	293.979,1	22.166,6	8,2%
dq/				
FPM / FPE / IPI-EE	208.243,7	217.931,1	9.687,4	4,7%
Exploração de Recursos Naturais	38.033,7	39.582,2	1.548,6	4,1%
Demais	1.614,8	13.291,3	11.676,5	723,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.299.554,6	1.372.942,4	73.387,8	5,6%

Resultado Fiscal do Governo Central

Concessões e Permissões

Concessões e Permissões – 2018 x 2019
Brasil – R\$ Bilhões – Valores Correntes



2018:

- Petróleo – 15ª rodada de concessões: R\$ 8,0 bi em ago e set;
- Petróleo – 4ª e 5ª rodadas de partilha: R\$ 10,0 bi em set, out e nov.

2019:

- Concessão de UHE: R\$ 1,4 bi em maio;
- Concessão aeroportuária: R\$ 2,4 em set;
- Petróleo 16ª rodada de concessão e 6ª rodada de partilha: R\$ 14,0 bi em dez.

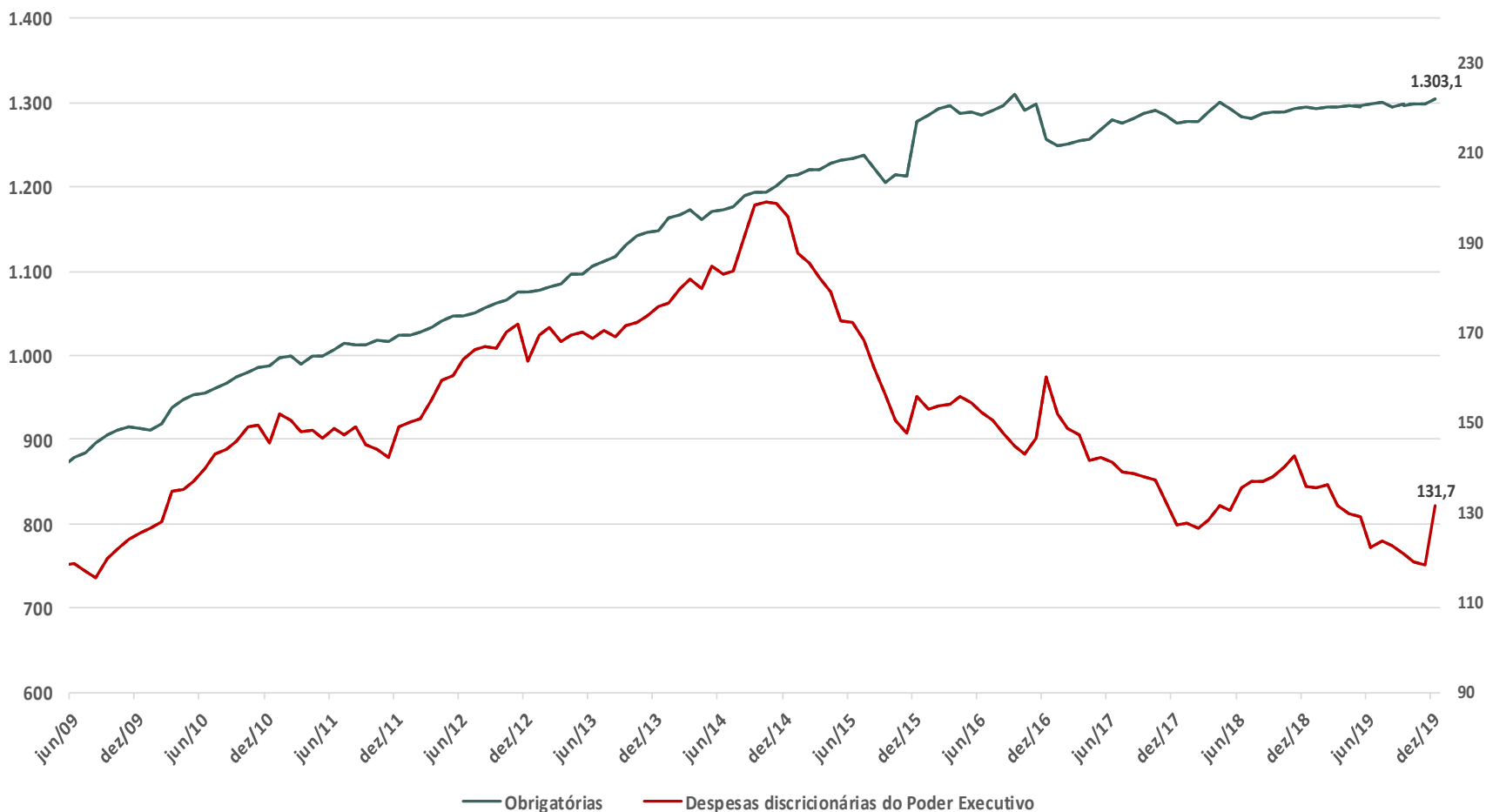
Em 2019, excluía a cessão onerosa (R\$ 70,0 bi), a receita de Concessões foi **R\$ 23,3 bi, contra R\$ 21,9 bi em 2018.**

Em 2018, a receita de concessões foi referente principalmente a petróleo.

Já em 2019, houve receita de concessões principalmente relacionadas a petróleo e usinas hidrelétricas e a aeroportos.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de dez/19 - IPCA



* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019;

Fonte: Tesouro Nacional

As despesas discricionárias atingiram R\$ 131,7 bilhões no período de 12 meses encerrado em dezembro de 2019, o mesmo nível de fevereiro de 2010, em termos reais. Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

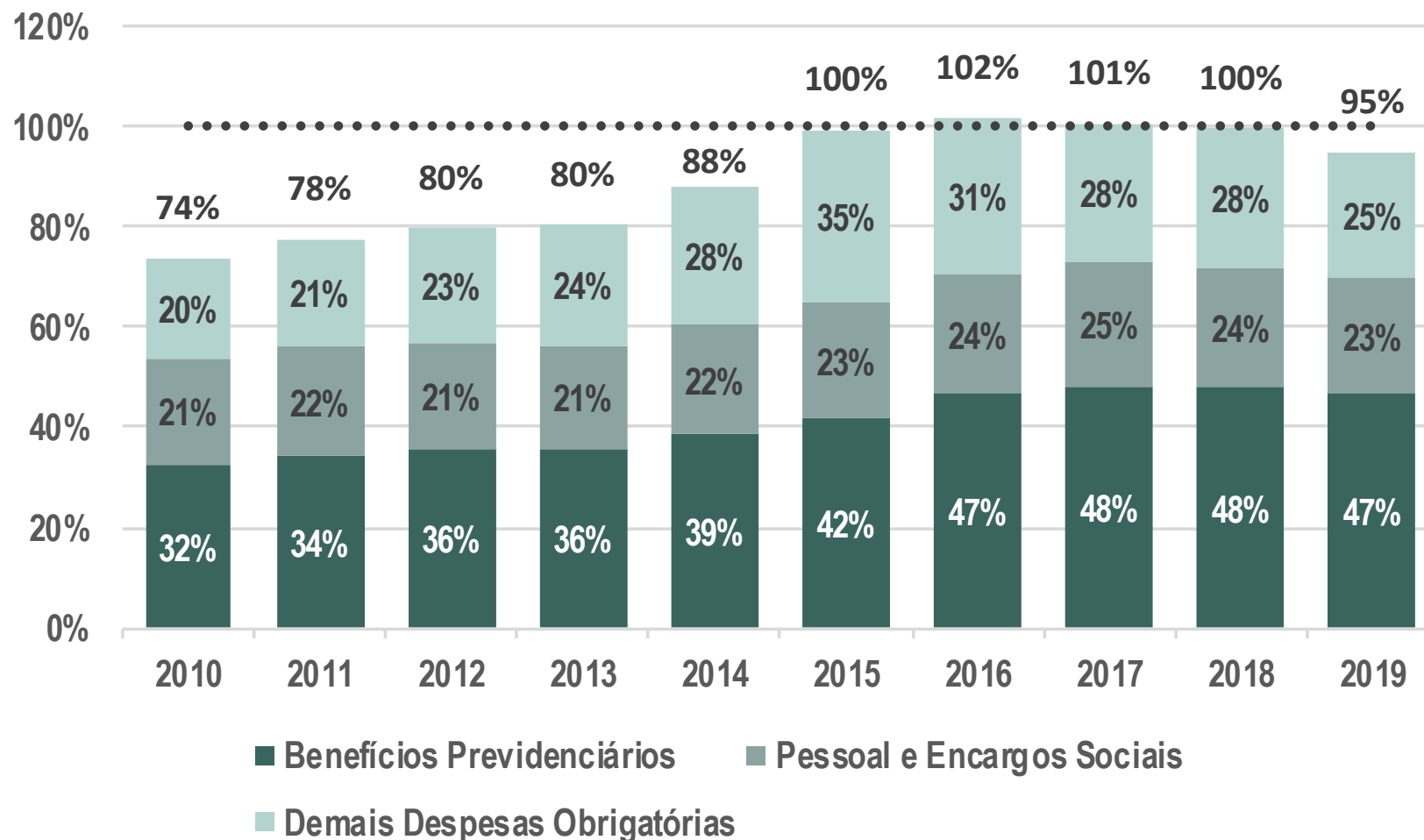
A elevada execução em dezembro de 2019 (R\$ 36,5 bi - excluídos os pagamentos da cessão onerosa) deveu-se, em parte, a descompressão ocasionada pela cessão onerosa:

Exemplos de grandes desembolsos ocorridos em dez/19 são:

- Capitalização Emgepron (R\$ 7,6 bi);
- Ações de saúde (R\$ 3,5 bi);
- Integralização de Cotas de Organismos Internacionais (R\$ 1,3 bi);
- Capitalização da Infraero (R\$ 1,2 bi).

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida – Brasil - Anual



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida. A redução de 2019 foi influenciada pelos recursos da cessão onerosa.

Para retornar ao patamar de 2010 seria necessário uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 283,7 bilhões (3,9% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 384,4 bilhões (5,3% do PIB).

O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de dez/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.430.104,4	1.469.245,3	39.140,9	2,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	620.276,5	638.865,2	18.588,7	3,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	489.380,2	506.210,5	16.830,3	3,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	130.896,3	132.654,7	1.758,4	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	315.374,4	319.324,1	3.949,6	1,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	213.361,7	199.341,5	-14.020,2	-6,6%
Abono e Seguro Desemprego	56.749,9	56.784,6	34,7	0,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	59.448,9	60.952,0	1.503,0	2,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.318,7	5.408,1	89,4	1,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.996,5	3.443,0	-2.553,5	-42,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	14.352,9	10.411,1	-3.941,8	-27,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	14.669,4	15.951,0	1.281,5	8,7%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	14.129,9	12.475,9	-1.654,0	-11,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.857,6	15.810,4	952,8	6,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	16.283,2	11.301,2	-4.982,1	-30,6%
Impacto Primário do FIES	2.999,8	1.970,6	-1.029,2	-34,3%
Demais	8.554,7	4.833,7	-3.721,0	-43,5%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	281.091,7	311.714,5	30.622,7	10,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	145.126,3	145.577,5	451,2	0,3%
Discrecionárias	135.965,5	166.137,0	30.171,5	22,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	300.500,2	321.066,3	20.566,0	6,8%
Outras Despesas de Custeio	244.463,9	263.745,2	19.281,3	7,9%
Outras Despesas de Capital	56.036,3	57.321,1	1.284,8	2,3%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado no ano de 2019 a despesa total cresceu em termos reais (+2,7%). As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+ R\$ 18,6 bilhões)
- Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 3,9 bilhões)
- BPC da LOAS/RMV (+ R\$ 1,5 bilhão)
- Créditos Extraordinários (- R\$ 2,6 bilhões)
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (- R\$ 3,9 bilhões)
- Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (-R\$ 1,7 bilhão)
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 5,0 bilhões)
- Discrecionárias (+R\$ 30,2 bilhões)

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Brasil
2016/2019 – % do PIB*

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Anual - 2016 - 2019* - % PIB					
Discriminação	2016	2017	2018	2019*	Dif. (p.p) 2019 - 2016
I. RECEITA TOTAL	21,0%	21,0%	21,5%	21,6%	0,6
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	3,6%	3,5%	3,7%	3,8%	0,2
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	17,4%	17,5%	17,8%	17,8%	0,4
IV. DESPESA TOTAL	19,9%	19,4%	19,6%	19,4%	-0,5
IV.1 Benefícios Previdenciários	8,1%	8,5%	8,5%	8,6%	0,5
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	4,1%	4,3%	4,3%	4,3%	0,2
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	3,4%	3,0%	2,9%	2,7%	-0,7
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	4,3%	3,7%	3,9%	3,8%	-0,6
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	2,1%	1,9%	2,0%	2,0%	-0,1
IV.4.2 Discricionárias	2,3%	1,8%	1,9%	1,8%	-0,5
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-2,6%	-1,9%	-1,7%	-1,6%	0,9

Em exercício contrafactual, excluindo-se os efeitos da cessão onerosa do resultado de 2019, a melhora verificada desde 2016 seria de 0,9 p.p. do PIB.

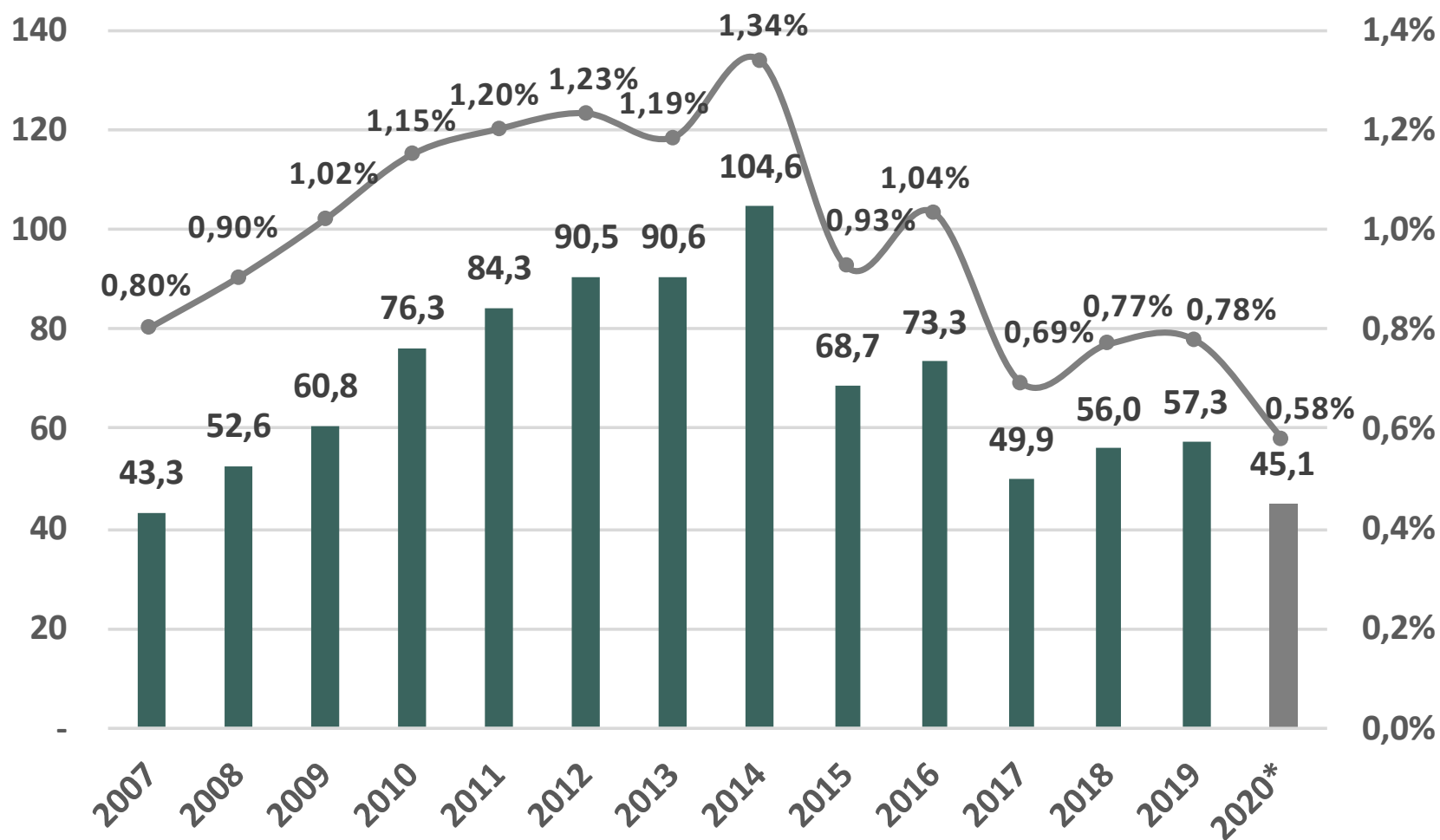
A elevação da **receita líquida** respondeu por **42%** (0,4 p.p. do PIB) da melhora enquanto a contenção de **despesa** respondeu por **58%** (0,5 p.p. do PIB).

**Para 2019 foram desconsiderados os efeitos da cessão onerosa sobre a Receita Total (R\$ 70,0 bilhões), Transferência por Repartição de Receita (R\$ 11,7 bilhões) e Despesas Discricionárias (R\$ 34,4 bilhões).*

Despesas do Governo Central

Investimentos

Despesas de Investimento como % do PIB e a preços de dezembro/2019 IPCA - R\$ Bilhões
Dados anuais



Em 2019, os **investimentos** totalizaram R\$ 57,3 bilhões.

Das despesas de investimento R\$ 10,1 bilhões referem-se a aumento de participação da união no capital de empresas estatais:

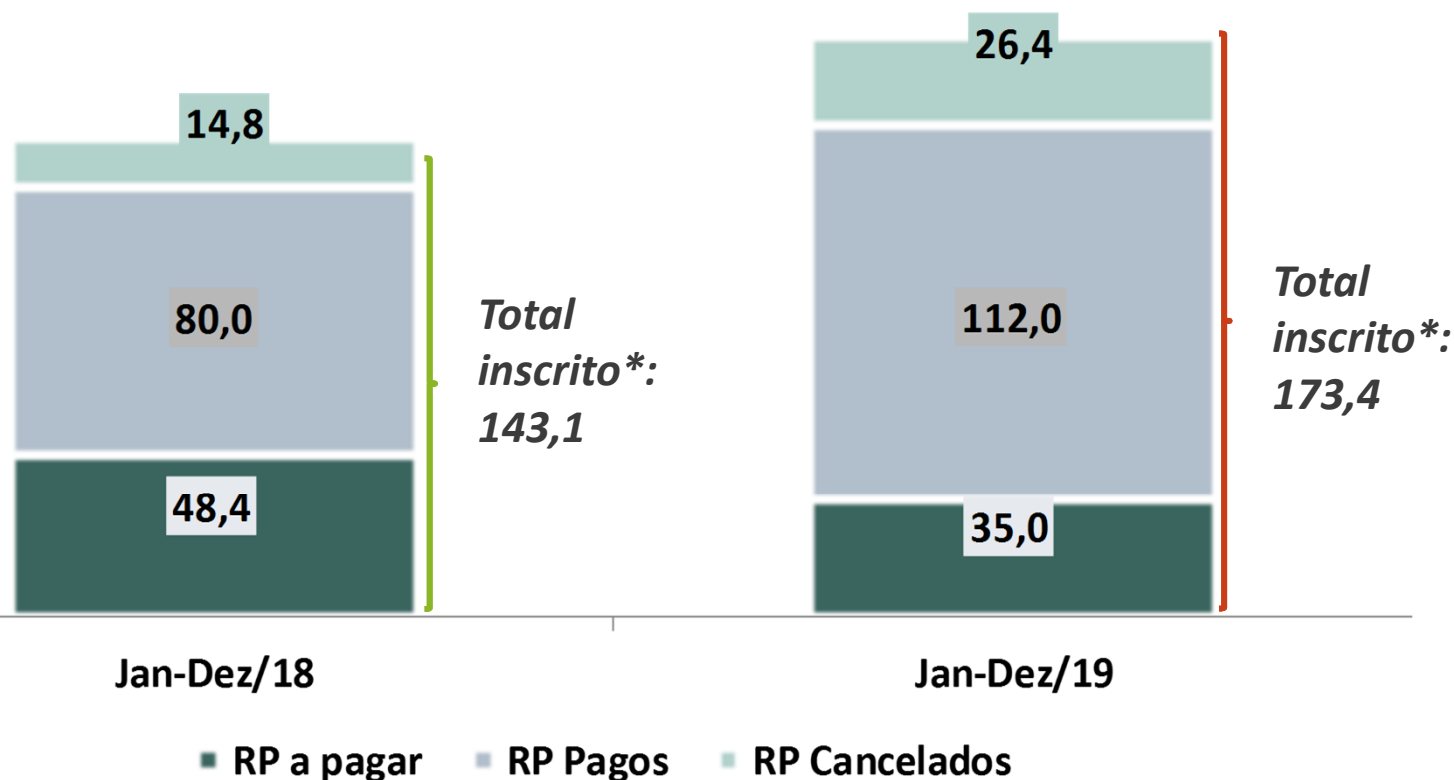
- Emgepron (R\$ 7,6 bi);
- Infraero (R\$ 1,5 bi);
- Telebrás (R\$ 1,0 bi)

*Dotação inicial.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) em 2019 correspondeu a **R\$ 112,0 bilhões**, contra **R\$ 80,0 bilhões** no ano anterior.

A elevação de R\$ 32,0 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bilhões, montante que foi pago em janeiro.

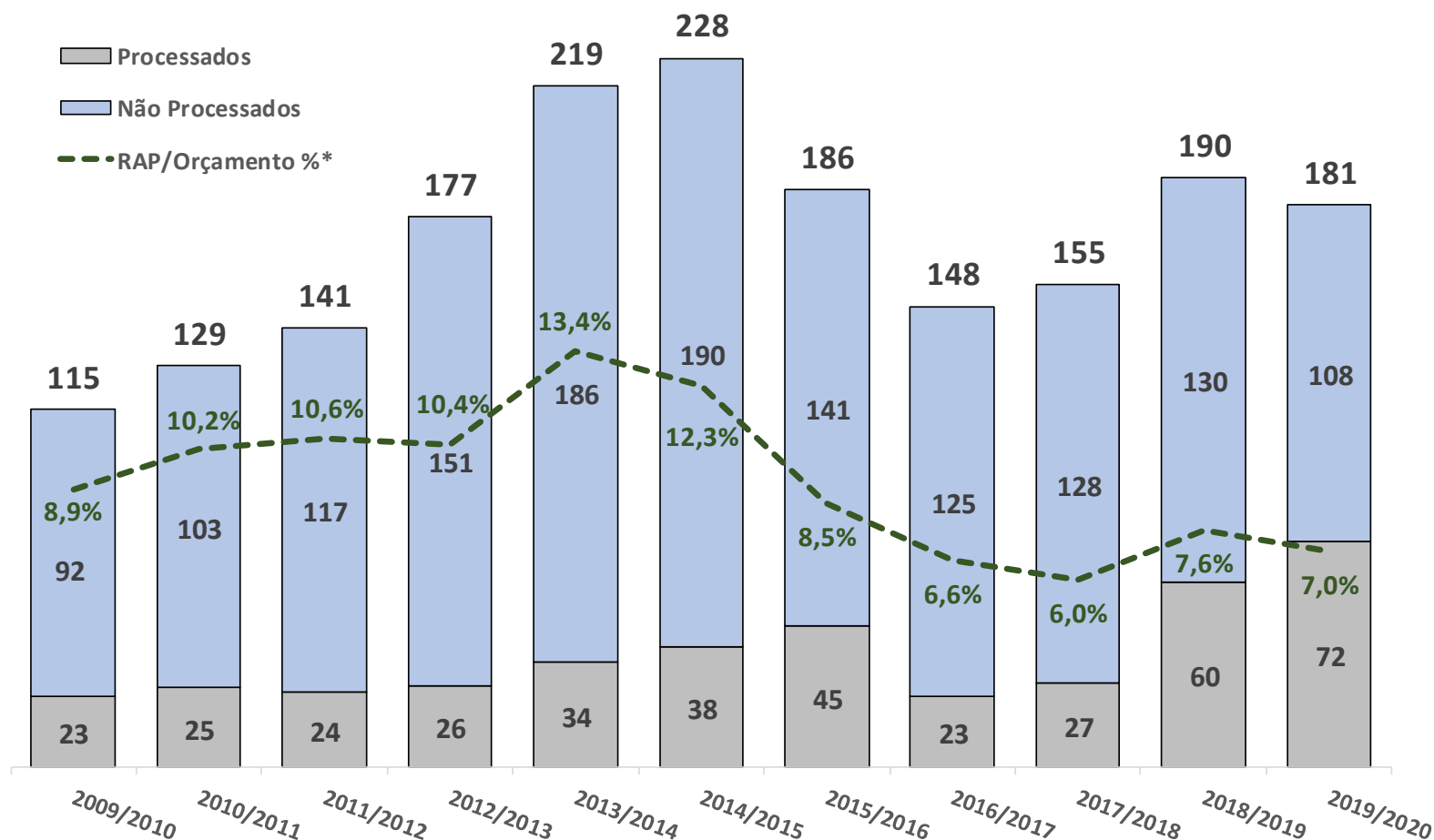
Em dezembro de 2019 houve cancelamento de **R\$ 11,7 bilhões** (Decreto nº 9.428/2018).

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2020/114>

Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar 2020

Evolução do estoque de RAP

Brasil – 2009 - 2020 – R\$ bilhões – Valores Correntes



* Dotação atualizada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não inclui despesas com refinanciamento da Dívida.

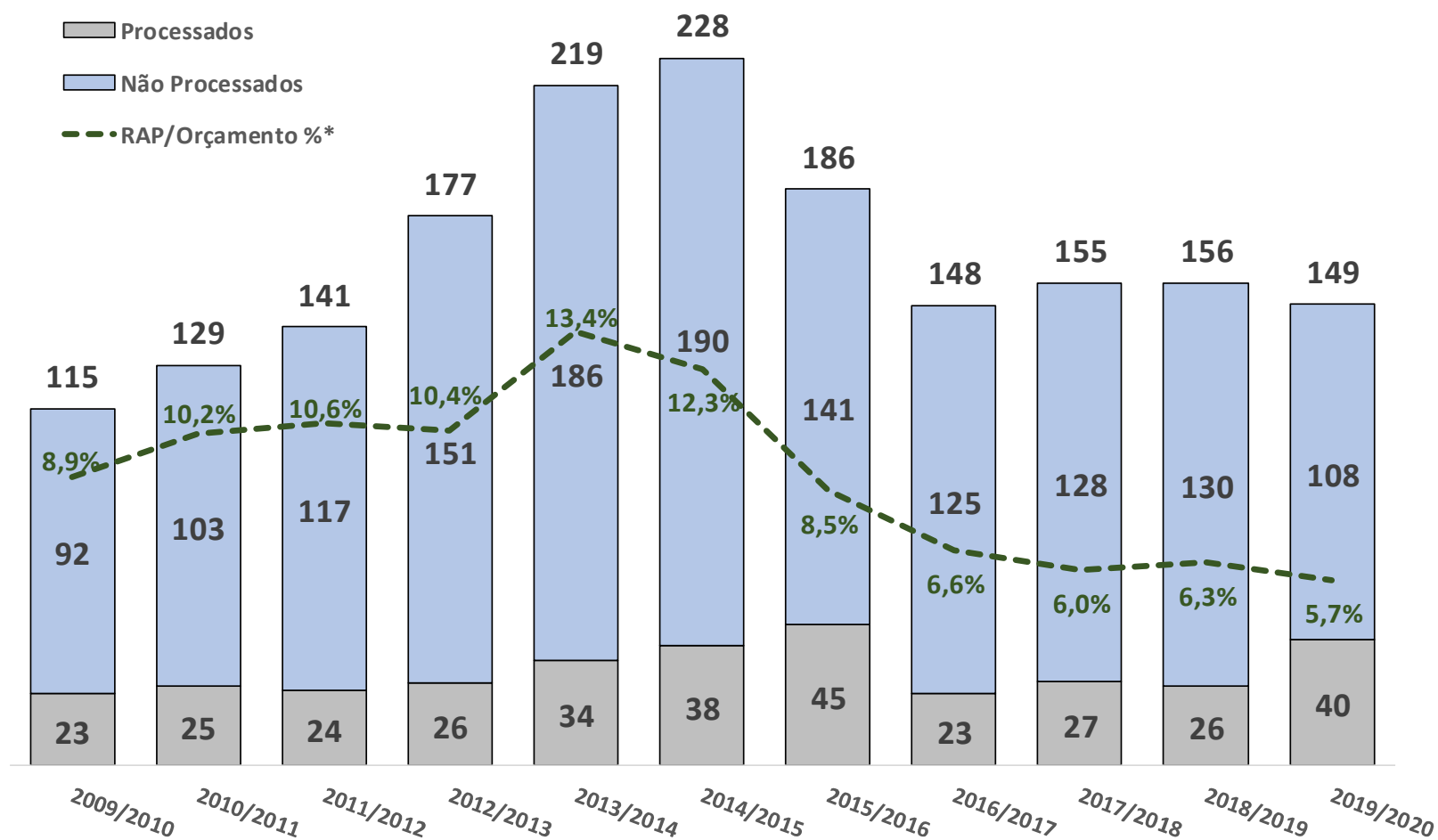
Para o exercício de 2020, o estoque de R\$ 180,7 bilhões de restos a pagar (RAP), o que representa **redução nominal de R\$ 8,9 bilhões (4,7%)** em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2019 (R\$ 189,6 bilhões).

O principal determinante dessa **redução** foi o primeiro **cancelamento de R\$ 11,7 bilhões** decorrente do Decreto nº 9.428/2018 que define a sistemática de cancelamento de restos a pagar não processados.

Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar 2020

Evolução do estoque de RAP

Brasil – 2009 - 2020 – R\$ bilhões – Valores Correntes



* Dotação atualizada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não inclui despesas com refinanciamento da Dívida.

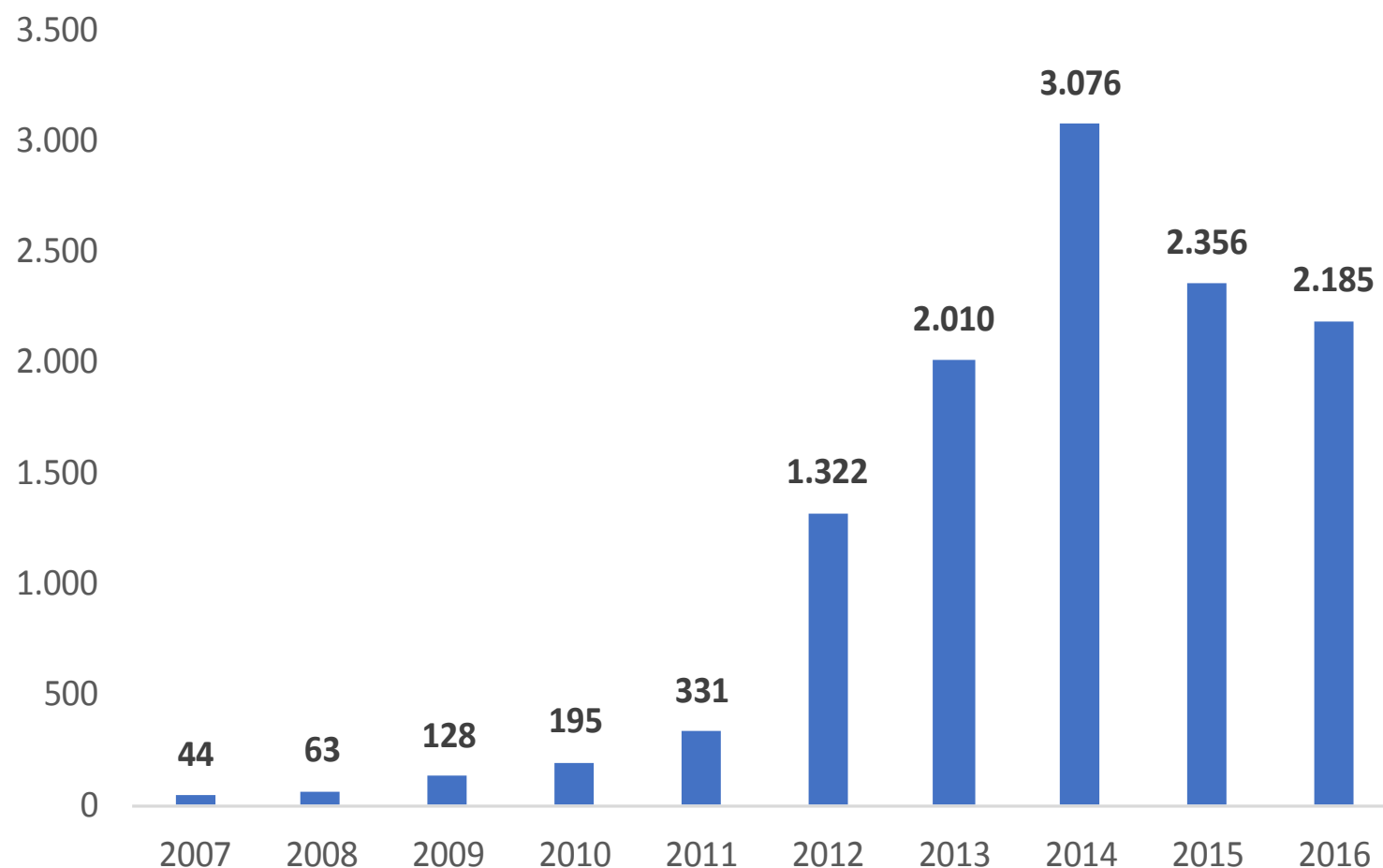
Desconsiderada a mudança de sistemática de pagamentos associada à emissão das ordens bancárias o estoque de RAP como proporção do orçamento estaria chegando em sua mínima histórica.

A mudança de sistemática implicou elevação de inscrição de RAP de R\$ 34,0 e R\$ 32,2 bilhões em 2018/2019 e 2019/2020, respectivamente.

Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar 2020

Decreto nº 9.428/2018 – Cancelamento

Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados não Liquidados por Ano do empenho – Decreto nº 9.428/2018 – R\$ milhões

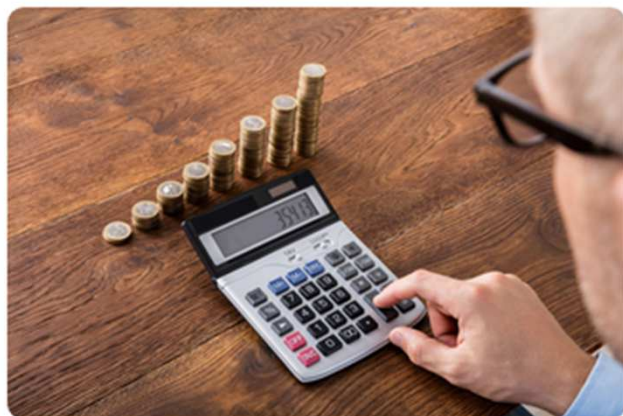


O primeiro cancelamento de restos a pagar não liquidados (R\$ 11,7 bilhões) concentrou-se em RAP cujos empenhos ocorreram entre 2012 e 2016.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018



R\$ 1.287.760.568.323,56

Limite para 2019



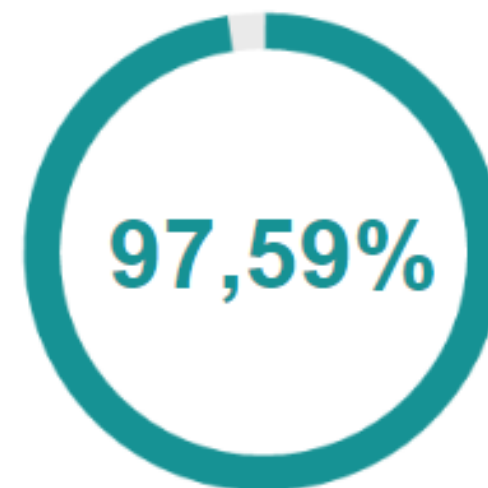
R\$ 1.407.173.655.487,81

Pagamento acumulado em 2019

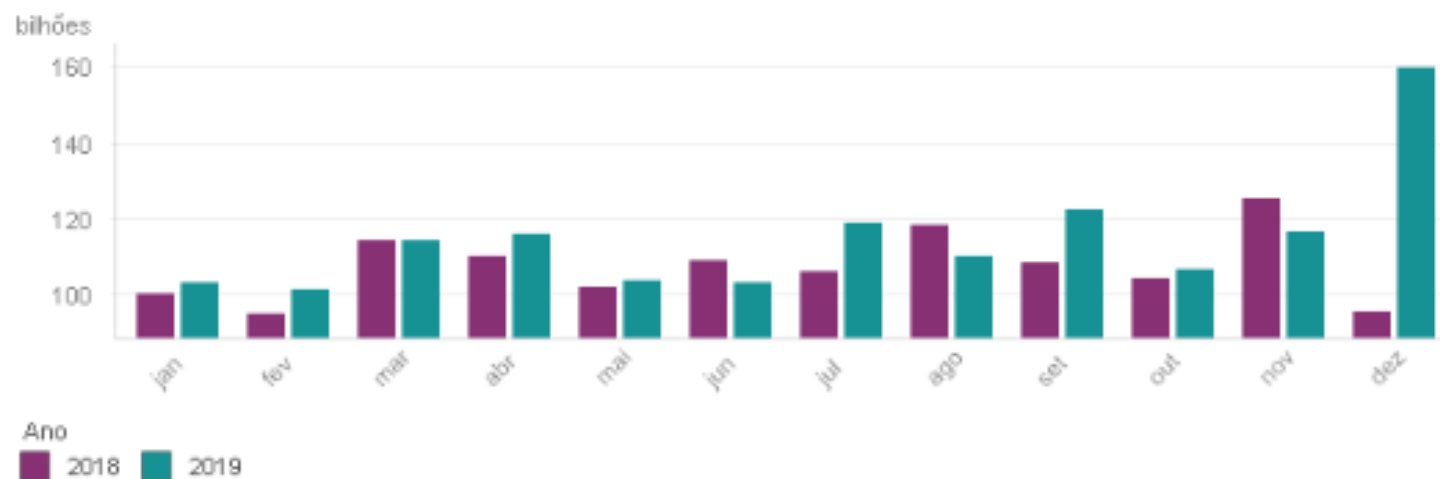


R\$ 1.373.260.488.227,27

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

25


RTN Resultado do
2019 Tesouro Nacional

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019* - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.373.260	1.407.174	97,6%
II.1 Poder Executivo	1.310.518	1.343.213	97,6%
II.2 Poder Legislativo	11.851	12.419	95,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	5.640	6.040	93,4%
II.2.2 Senado Federal	4.206	4.329	97,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	2.006	2.050	97,8%
II.3 Poder Judiciário	43.881	44.447	98,7%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	694	701	99,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.423	1.494	95,3%
II.3.3 Justiça Federal	11.237	11.369	98,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	534	543	98,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	7.236	7.486	96,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho**	19.896	19.963	99,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.667	2.669	99,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	194	222	87,6%
II.4. Defensoria Pública da União	529	576	91,9%
II.5 Ministério Público da União	6.481	6.519	99,4%
II.5.1 Ministério Público da União*	6.393	6.430	99,4%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	87	89	97,9%

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2019 TCU.

** Conforme Parecer de Força Executória nº 00016/2020/CRACPR-1/PRU5R/PGU/AGU, foi trazido para dezembro de 2019 pagamento de R\$ 80,0 milhões executado em janeiro de 2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Dez		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA*)
	2018 (a)	2019 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.287.761	1.373.260	6,6%	9,3%
II.1 Poder Executivo	1.229.251	1.310.518	6,6%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	11.150	11.851	6,3%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	5.289	5.640	6,6%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	3.993	4.206	5,3%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.868	2.006	7,4%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	40.789	43.881	7,6%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	598	694	16,0%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.357	1.423	4,8%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	10.446	11.237	7,6%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	507	534	5,3%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	6.770	7.236	6,9%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho**	18.480	19.896	7,7%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.470	2.667	8,0%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	160	194	21,7%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	515	529	2,7%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	6.055	6.481	7,0%	7,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.979	6.393	6,9%	7,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	76	87	15,1%	17,6%

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2019 TCU.

** Conforme Parecer de Força Executória nº 00016/2020/CRACPR-1/PRU5R/PGU/AGU, foi trazido para dezembro de 2019 pagamento de R\$ 80,0 milhões executado em janeiro de 2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

 Selecione o mês
de referência

dez/19

 % da despesa coberta com
receita considerada

 Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -185,30

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

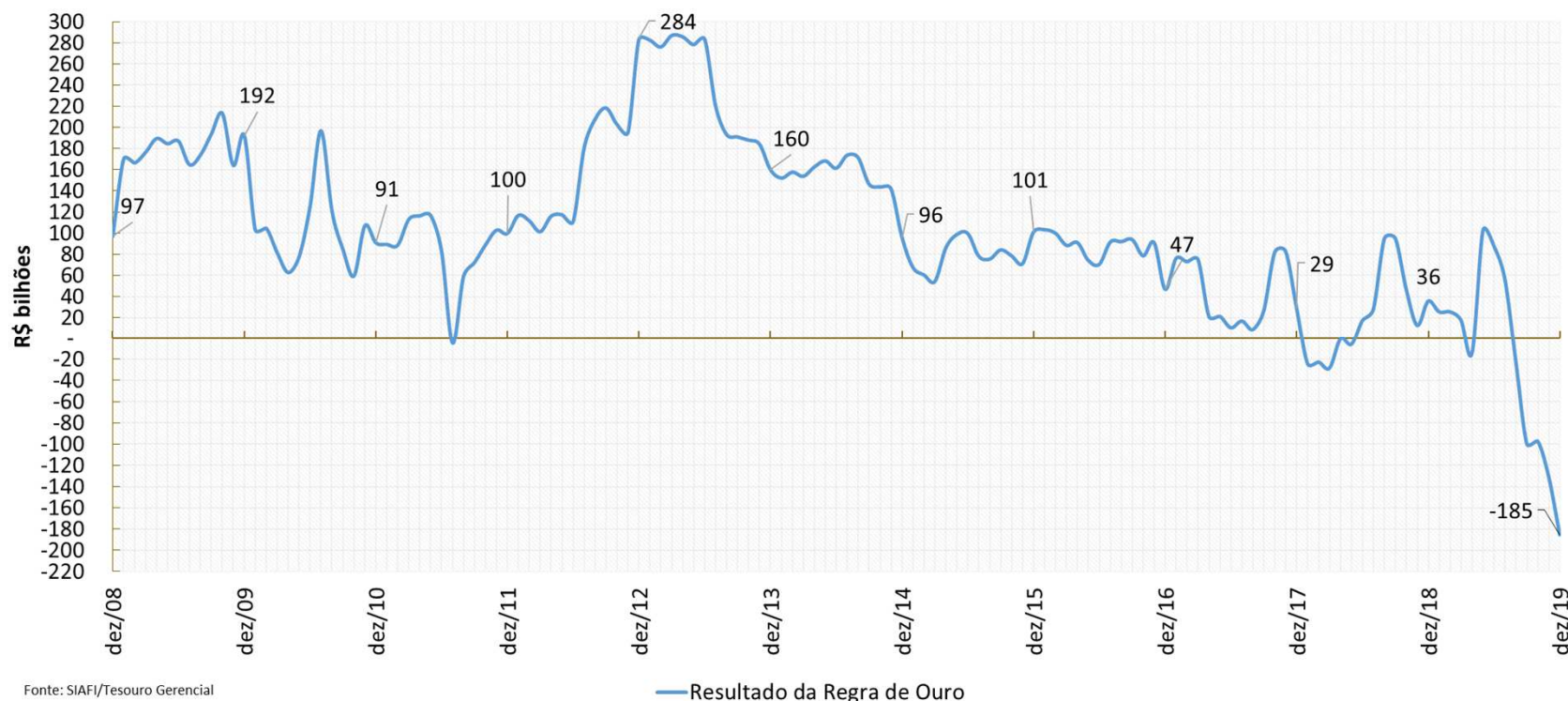
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	67,82	871,67	871,67
Receita Considerada	95,33	1.056,97	1.056,97
Receitas de Operações de Crédito	52,60	973,92	973,92
(-) Variação do colchão da dívida	-42,74	-83,05	-83,05
Resultado	-27,51	-185,30	-185,30
Ressalva Constitucional	80,76	240,98	240,98
Resultado Considerado	53,25	55,68	55,68

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até dezembro/2019, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 185,3 bilhões**.

Ressalta-se que neste valor não foram considerados os créditos suplementares pagos, aprovados por meio da Lei nº 13.843/2019 (pagamento até dezembro: **R\$ 241,0 bilhões**; aprovação: R\$ 248,9 bilhões).

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2019/ 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2019	2020	
		Sem superávit financeiro	Com superávit financeiro*
Despesas de Capital (I)	871,7	1.064,9	1.064,9
Investimentos	42,6	40,5	40,5
Inversões Financeiras	76,7	67,8	67,8
Amortizações	752,5	956,6	956,6
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	1.057,0	1.407,0	1.144,8
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	973,9	1.212,1	1.212,1
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-83,1	-194,8	67,4
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	-185,3	-342,1	-79,9
Ressalva Constitucional PLN 4/19 (c)	241,0		
Margem após a ressalva constitucional (d = III + c)	55,7		

* Previsão de superávit financeiro de 2018 e 2019 a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020 (detalhamento abaixo).

Previsão de superávit financeiro	2020
52 - Resultado Banco Central*	162,6
59 - Retorno OC (BNDES etc.)**	81,0
outras fontes***	18,6
Total	262,2

* Inclui parcela referente ao resultado recebido em 2018 (R\$ 141,2 bilhões) e parcela referente ao resultado recebido em 2019 (R\$ 21,4 bilhões).

** Recursos dos fluxos regulares da fonte, além de devoluções antecipadas. As devoluções antecipadas do BNDES em 2019 totalizaram R\$ 100,00 bilhões, dos quais R\$ 30,00 bilhões foram utilizados no próprio exercício.

*** 97 - Dividendos; 73 - Operações de Crédito - Estados e Municípios; e outros.

A apuração preliminar indica o cumprimento da Regra de Ouro em 2019. Já para 2020, as projeções apontam necessidade de aprovação de crédito suplementar para o cumprimento da regra.

A aprovação do crédito suplementar por meio da Lei nº 13.843/2019 (referente ao PLN Nº 04/2019) torna possível a utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro em 2020.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

poag Tesouro

Plataforma Online de pagamentos do **Tesouro Nacional**

Maior agilidade para a **GRU**

Compensação instantânea

Menos burocracia e mais eficiência



SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

		Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano		Mês	Acumulado 12 meses
1º	dez/12	27.732,7	dez/11	91.891,0		dez/11	91.891,0
2º	dez/13	14.397,3	dez/12	84.988,0		dez/12	84.988,0
3º	dez/10	14.178,9	dez/10	77.891,2		dez/10	77.891,2
4º	dez/98	2.157,9	dez/13	72.159,1		dez/13	72.159,1
5º	dez/09	1.920,7	dez/08	71.438,4		dez/08	71.438,4
6º	dez/11	1.483,4	dez/07	57.650,4		dez/07	57.650,4
7º	dez/14	953,4	dez/05	52.673,2		dez/05	52.673,2
8º	dez/97	-1.601,6	dez/04	49.341,4		dez/04	49.341,4
9º	dez/99	-1.955,4	dez/06	48.748,2		dez/06	48.748,2
10º	dez/00	-1.986,1	dez/09	39.436,4		dez/09	39.436,4
11º	dez/04	-2.775,9	dez/03	39.080,0		dez/03	39.080,0
12º	dez/02	-3.198,7	dez/02	31.577,2		dez/02	31.577,2
13º	dez/05	-4.009,2	dez/01	21.737,1		dez/01	21.737,1
14º	dez/01	-4.842,8	dez/00	20.982,2		dez/00	20.982,2
15º	dez/06	-5.790,5	dez/99	20.164,3		dez/99	20.164,3
16º	dez/03	-5.958,1	dez/98	7.577,0		dez/98	7.577,0
17º	dez/07	-8.052,4	dez/97	1.800,8		dez/97	1.800,8
18º	dez/19	-14.636,9	dez/14	-23.482,4		dez/14	-23.482,4
19º	dez/08	-19.994,4	dez/19	-95.064,7		dez/19	-95.064,7
20º	dez/17	-21.029,0	dez/18	-120.221,3		dez/18	-120.221,3
21º	dez/18	-31.747,4	dez/15	-120.502,2		dez/15	-120.502,2
22º	dez/15	-61.467,6	dez/17	-124.261,5		dez/17	-124.261,5
23º	dez/16	-62.446,8	dez/16	-161.275,6		dez/16	-161.275,6

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de dez/19

R\$ Milhões - Valores de dez/19 - IPCA							
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses	
1º	dez/12	40.956,7	dez/11	147.790,2	dez/11	147.790,2	
2º	dez/10	23.603,9	dez/08	136.613,9	dez/08	136.613,9	
3º	dez/13	20.075,8	dez/10	132.711,2	dez/10	132.711,2	
4º	dez/98	7.873,1	dez/12	129.114,2	dez/12	129.114,2	
5º	dez/09	3.386,4	dez/07	115.519,4	dez/07	115.519,4	
6º	dez/11	2.318,6	dez/04	114.376,6	dez/04	114.376,6	
7º	dez/14	1.249,4	dez/05	113.959,8	dez/05	113.959,8	
8º	dez/97	-5.940,2	dez/13	102.856,6	dez/13	102.856,6	
9º	dez/04	-6.156,3	dez/06	100.869,2	dez/06	100.869,2	
10º	dez/00	-6.276,7	dez/03	96.735,3	dez/03	96.735,3	
11º	dez/99	-6.548,7	dez/02	90.346,6	dez/02	90.346,6	
12º	dez/02	-8.342,9	dez/99	70.855,3	dez/99	70.855,3	
13º	dez/05	-8.412,9	dez/09	70.701,7	dez/09	70.701,7	
14º	dez/06	-11.780,5	dez/00	68.891,2	dez/00	68.891,2	
15º	dez/01	-14.213,9	dez/01	67.384,2	dez/01	67.384,2	
16º	dez/03	-14.217,9	dez/98	27.687,3	dez/98	27.687,3	
17º	dez/19	-14.636,9	dez/97	6.942,3	dez/97	6.942,3	
18º	dez/07	-15.683,3	dez/14	-30.608,9	dez/14	-30.608,9	
19º	dez/17	-22.756,2	dez/19	-96.302,9	dez/19	-96.302,9	
20º	dez/18	-33.114,4	dez/18	-126.262,5	dez/18	-126.262,5	
21º	dez/08	-36.771,7	dez/17	-136.158,1	dez/17	-136.158,1	
22º	dez/16	-69.567,3	dez/15	-143.823,9	dez/15	-143.823,9	
23º	dez/15	-72.782,2	dez/16	-181.191,2	dez/16	-181.191,2	